

Senadores aprovam a correção da tabela do IR

Oposição critica o fato de a MP, que contém 32 artigos, tratar de 22 assuntos diferentes: do Imposto de Renda ao seguro obrigatório

A medida provisória aprovada ontem pelo Plenário do Senado corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, desde 1º de janeiro deste ano, e criou duas alíquotas, de 7,5% e 22,5%. A medida ainda reajustou em 4,5% as faixas de rendimento para cobrança do imposto no próximo ano. **2**



Senadores e deputados voltam a se reunir no dia 26 para analisar vetos

Congresso examina 16 vetos, mas adia o das aposentadorias

Entre os vetos apreciados na sessão de ontem do Congresso Nacional, estão os aplicados a projetos que instituem a Sudam e a Sudene. **2**



O Plenário do Senado ficou lotado com a participação de representantes de movimentos sociais

Vigília: projetos para defender a Amazônia

Sarney e Temer recebem de Marina Silva lista de propostas que visam garantir preservação da Amazônia. Vigília reúne parlamentares, artistas, cientistas, ambientalistas e crianças

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que se alistava como "soldado" para defender a região dos danos ambientais. O presidente da Câmara, Michel Temer, ressaltou que a vigília trata da preservação não apenas da floresta, mas de todos os seres vivos. Cinco representantes de organizações não governamentais apontaram a Medida Provisória 458/09 como uma das principais ameaças à conservação da floresta. Enquanto se realizava a vigília, ontem à noite, a medida foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Marina

Silva, que há exatamente um ano se afastou do Ministério do Meio Ambiente, apontou a necessidade de derubar o texto da MP 458, que trata da regularização das terras da Amazônia. Marina disse que, se o Senado não corrigir a medida, ela poderá tornar-se "o maior programa de regularização da grilagem". Os senadores do estado do Amazonas – Arthur Virgílio, João Pedro e Jefferson Praia – pediram ajuda para as vítimas das enchentes e maior debate sobre os problemas da região. No fechamento desta edição, à 1h, a vigília prosseguia. **4 e 5**



A índia Kadepin Juruna discursa, depois de Christiane Torloni e Victor Fasano entregarem 1,1 milhão de assinaturas



Medida provisória criou duas faixas na tabela do IR, com alíquotas de 7,5% e 22,5%. Permissão para repasses da União a municípios que descumpram exigências legais foi mantida

Senado aprova MP que corrigiu tabela do Imposto de Renda

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, por acordo partidário e em votação simbólica, a medida provisória que corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, desde 1º de janeiro, e criou duas alíquotas, de 7,5% e 22,5%.

A mudança nas alíquotas implica uma renúncia fiscal de R\$ 6,6 bilhões neste ano e de R\$ 7,5 bilhões em 2010. A medida também corrigiu em 4,5% as faixas de rendimento para cobrança do imposto no próximo ano.

A medida provisória (MP 451/08) foi transformada em projeto de lei de conversão (PLV 04/09) devido às mudanças feitas pelos deputados. Os senadores mantiveram as mudanças e, com isso, o projeto será enviado à sanção do presidente da República.

Entre as mudanças feitas na Câmara dos Deputados, está a permissão para que a União repasse recursos de transferência voluntária a municípios, mesmo que eles descumpram exigências legais depois do contrato assinado com o governo federal. O PSDB criticou essa alteração du-

Alíquota	2009		2010	
	Base de cálculo (R\$)	Dedução (R\$)	Base de cálculo (R\$)	Dedução (R\$)
Isento	até 1.434,59	—	até 1.499,15	—
7,5%	1.434,60 a 2.150,00	107,59	1.499,16 a 2.246,75	112,43
15%	2.150,01 a 2.866,70	268,84	2.246,76 a 2.995,70	280,94
22,5%	2.866,71 a 3.582,00	483,84	2.995,71 a 3.743,19	505,62
27,5%	acima de 3.582,00	662,94	acima de 3.743,19	692,78

rante os debates da matéria, sob o argumento de que ela fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O relator no Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), manteve a permissão, concordando que o momento de crise exige o máximo de apoio a obras que gerem emprego e incentivem a economia. O líder do Democratas, senador José Agripino (RN), disse que as oposições decidiram apoiar a medida provisória como contribuição para que o país supere a atual crise.

Senadores da oposição criticaram o elevado número de assuntos tratados na MP 451/08. São 22 itens

diferentes em 32 artigos. As micro, pequenas e médias empresas e as empresas de aquicultura e pesca dos municípios de Santa Catarina afetados pelas enchentes terão financiamentos subsidiados, até o valor total de R\$ 300 milhões, para sua recuperação. A medida provisória trata também da reabertura do prazo para que os clubes de futebol beneficiários da loteria Timemania parcelam débitos junto à Receita Federal. Alterou ainda a lei que regula o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT).



Aposentados assistem à sessão em que o reajuste de R\$ 16,67% seria votado

Votação de veto a reajuste de aposentados é adiada para o dia 26

O Congresso voltará a se reunir no dia 26 para examinar 14 vetos presidenciais considerados polêmicos. Como não havia acordo sobre os temas envolvidos, esses itens foram retirados da pauta da sessão que o Congresso realizou ontem, na qual foram votados 16 vetos. Na lista dos que foram adiados, está o corte determinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em emenda incluída na medida provisória que reajustou em 16,67% o salário mínimo de 2006, para estender o mesmo percentual a aposentados e pensionistas.

Autor da emenda, o senador Paulo Paim (PT-RS) acabou concordando com o adiamento da votação do veto. Isso depois de cobrar dos líderes governistas, durante sessão marcada por acirrados debates, o compromisso que os trabalhos não fossem encerrados sem que se definisse a data da nova sessão. Paim propôs ainda que os vetos retirados sejam discutidos e votados um a um, pelo sistema de painel – e não por cédulas.

– Na votação veto por veto, indo para o debate, com argumentos contra e a favor, há muito mais

chance de a gente derrubar o veto – argumenta.

Entre os outros pontos retirados de pauta, está o veto total a projeto que trata da complementação de aposentadoria para servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O adiamento motivou manifestações de servidores da estatal que acompanharam a sessão. Outro veto integral com exame adiado atinge projeto que regulamenta a profissão de ecólogo. Mas a mobilização mais intensa nas galerias era mesmo dos aposentados, que se deslocaram de diversos pontos do país. Após os argumentos de Paulo Paim, eles pareceram menos contrariados com o adiamento.

Entre os 16 vetos apreciados ontem, estão os aplicados em projetos (PLC-complementar 60/04 e PLC-complementar 59/04) que instituem a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O resultado da votação não é conhecido de imediato. A apuração está sendo feita pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen).

Paim: baixa presença poderia impedir derrubada do veto

O senador Paulo Paim (PT-RS) ocupou a tribuna do Plenário do Senado para explicar o adiamento da votação do veto presidencial ao reajuste de 16,67% aos aposentados, que deveria ter sido apreciado na sessão do Congresso realizada ontem.

O senador disse ter concordado com o adiamento da votação para o próximo dia 26 devido à baixa presença de parlamentares, o que poderia impedir a derrubada do veto. Ele lembrou que para derrubar um veto são necessários 257 votos na Câmara e de 41 no Senado.

Paim informou que, após comunicado do colégio de líderes de que havia um acordo para que não fossem votados os vetos mais polêmicos, entre eles o do reajuste das aposentadorias, a presença de parlamentares diminuiu.

O senador disse que, ao tomar conhecimento do acordo, e ao perceber que não haveria possibilidade de derrubada do veto, solicitou que fosse marcada a data da nova votação e que essa fosse feita no painel, voto por voto, com cada parlamentar defendendo a sua posição.

Em aparte, o senador José Nery (PSOL-PA) elogiou o pronunciamento do colega e defendeu o reajuste dos aposentados, “porque a causa está acima da oposição e do governo”.



Paulo Paim diz acreditar na aprovação do reajuste dos aposentados no dia 26

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 11h, sessão especial para comemorar o centésimo aniversário da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada por seis medidas provisórias.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, realiza às 10h reunião da Mesa. Às 11h30, reunião do colégio de líderes. Às 12h30, recebe o diretor de Jornalismo do SBT, André Ramos, o editor-chefe do Jornal do SBT, Paulo Nicolau, e o diretor da regional Brasília, Luiz Guilherme Fabrini. Às 15h, recebe o governador do Ceará, Cid Gomes. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 19h, participa, na sede da Procuradoria Geral da República, da posse da diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Fiscalização das obras do PAC

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realiza, às 8h30, audiência pública com representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), sobre a metodologia de fiscalização de obras adotada pelo tribunal, com ênfase nas relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Celulares em presídios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne às 10h para votar 31 itens, entre eles o projeto que torna crime o ingresso de aparelhos de comunicação, sem autorização, em estabelecimento penal e o que torna obrigatório o regime de separação de bens em casamento de pessoa com mais de 70 anos.

Lançamento de livro

Às 18h30, na biblioteca do Senado, a professora Rosa Brito lança o livro *100 anos UFAM*.

CRE analisa indicações de embaixadores para Congo e Líbia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne às 10h para analisar as indicações de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Democrática do Congo e de George Ney de Souza Fernandes para o mesmo cargo na Líbia.

CPI das ONGs vota requerimentos

A comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na liberação de recursos para organizações não governamentais (CPI das ONGs) se reúne às 11h para analisar 32 requerimentos.

CAS debate pagamento de gorjetas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza, às 10h, audiência pública para debater projeto que regulamenta o pagamento de gorjetas aos garçons. Foram convidados o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo, Moacyr Roberto Tesch Auersvald; o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Paulo Solmucci Júnior; o presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Lenhart; o presidente da Confederação Nacional do Turismo, Nelson de Abreu Pinto; o presidente do Sindicato dos Garçons, Barmen e Maitres do Rio de Janeiro, Waltair Mendes Rodrigues; o subprocurador-geral do Trabalho, Edson Braz da Silva; e um representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

Raupp: militares atuam nas enchentes



Valdir Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) subiu à tribuna ontem para elogiar o Ministério da Defesa e as Forças Armadas. O parlamentar rebateu afirmação de um representante da Cruz Vermelha feita ao programa *Bom Dia Brasil*, da TV Globo, de que as Forças Armadas não estariam atendendo às solicitações das autoridades locais no que se refere ao transporte aéreo de donativos para as vítimas das enchentes nas regiões Norte e Nordeste. Segundo Raupp, o Ministério da Defesa, por intermédio dos comandos militares, está engajado no socorro às áreas afetadas por chuvas e inundações.

Mão Santa pede MP para socorrer Piauí



Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou preocupação com os danos causados pelas enchentes em municípios piauienses e fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela edição de uma medida provisória para ajudar financeiramente o estado a enfrentar o problema. Citando a medida provisória (MP 448/08) que liberou crédito de R\$ 1,6 bilhão a diversos ministérios para ações de socorro às vítimas das enchentes que atingiram Santa Catarina no ano passado, Mão Santa afirmou que o governo federal discrimina o Piauí.

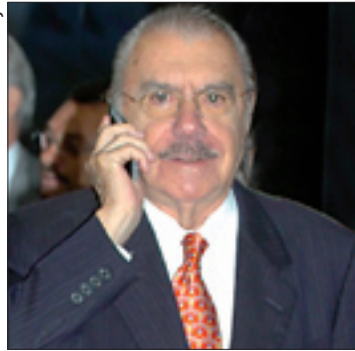
Lula diz a José Sarney que não pensa em um terceiro mandato

Ao ser indagado por jornalistas sobre a hipótese de um terceiro mandato presidencial para Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, José Sarney, respondeu que o próprio presidente não cogita da ideia.

– Eu ouvi do presidente da República que isso é matéria que ele jamais analisará. De maneira que, se ele não analisa, o que direi eu? – sublinhou Sarney.

Ao participar, terça-feira, da celebração dos 50 anos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (SP), um líder sindical defendeu a ideia de um terceiro mandato para Lula.

No Senado, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) já se manifestou



Sarney: "Eu ouvi do presidente que isso é matéria que ele jamais analisará"

contrariamente à tentativa de instituição de um terceiro mandato consecutivo para o presidente. Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), proposta de emenda constitucional nesse sentido não passa no Plenário da Casa.

Casagrande aponta falhas em projeto de reforma política

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou ontem ser contrário ao projeto da reforma política apresentado pelo Executivo e em tramitação na Câmara.

– Todas as últimas tentativas de reformas políticas foram na direção de reduzir o número de partidos políticos. Essa reforma apresentada caminha na direção de reduzir a participação popular – ressaltou.

Para o senador, o voto em lista fechada "retira o poder" da população de escolher os candidatos em que deseja votar, reduz a renovação e dá muito poder à burocracia partidária.

Renato Casagrande disse ainda que a possibilidade de



Para Casagrande, a proposta do governo reduz a participação popular

troca de partidos, prevista pelo projeto, contribui para acabar com o princípio da fidelidade partidária. E criticou o fato de a proposta acabar com as coligações entre os partidos políticos.

Permanece a desigualdade entre branco e negro, diz César Borges

Ao lembrar que ontem celebraram-se os 121 anos da Abolição da Escravatura no Brasil, César Borges (PR-BA) declarou que "essa não é uma data a ser comemorada, mas que causa preocupação, pois permanecem as grandes diferenças econômicas, educacionais e sociais entre brancos e negros do país".

Para comprovar o que disse, o senador citou a Pesquisa Mensal de Emprego divulgada ontem pelo IBGE. De acordo com o levantamento, o "rendimento dos trabalhadores pretos ou pardos equivale à metade do que recebem os brancos": em março deste ano, o "rendimento médio habitual" de negros ou pardos foi R\$ 847,71, enquanto o dos brancos foi de R\$ 1.663,88.



César Borges: rendimento dos negros equivale à metade do dos brancos

Outra informação mencionada foi a de que, embora negros ou pardos representem cerca de 45% da população em idade ativa em seis regiões metropolitanas, esse grupo também representa, por outro lado, 50% dos desempregados.

Alvaro entrega pedido para criação de CPI da Petrobras

Indícios de fraudes em licitações, de desvios de verba e de superfaturamento de obras são fatos enumerados pelo senador tucano para justificar a investigação parlamentar

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) protocolou ontem à tarde, na Secretaria Geral da Mesa do Senado, o pedido de criação de uma CPI para investigar denúncias de irregularidades envolvendo a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O requerimento conta com a assinatura de 32 senadores.

Entre os fatos enumerados para a criação da CPI, estão indícios de fraudes em licitações, de desvios de verba e de superfaturamento de obras. Essas denúncias são resultantes de investigações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União.

Uma das principais denúncias apontadas por Alvaro é o suposto superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Outro fato seria uma ação do MP na Bahia, segundo a qual a Petrobras teria patrocinado irregularmente o Fórum de Entidades Negras da Bahia, em 2008. Conforme o senador, a dificuldade em apurar as denúncias também reforça o pedido da oposição para criar a CPI.



Acompanhado de parlamentares da oposição, Alvaro (D) protocola requerimento

Após protocolar o pedido de criação da CPI, Alvaro Dias afirmou que a medida "é a favor da preservação da Petrobras".

– A Petrobras é realmente um orgulho nacional, mas isso não é *habeas corpus* para a corrupção. O que nós vamos investigar são os indícios de corrupção. A oposição não pode ser omissa diante de fatos tão graves. A omissão seria a cumplicidade.

Após conferidas as assinaturas e verificada a existência de fato relevante que justifique a investigação solicitada, o

requerimento deverá ser lido em Plenário, quando é criada a comissão de inquérito. Em seguida, os líderes deverão indicar, de acordo com a proporcionalidade partidária, os integrantes da CPI. Uma vez designados pelo presidente do Senado, José Sarney, eles poderão se reunir e instalar os trabalhos do colegiado.

A CPI, segundo o requerimento, será composta por 11 membros titulares e sete suplentes, tendo 180 dias para proceder às investigações.

Comissão examinará proposta de novo CPP

A 2ª vice-presidente do Senado, Serys Slhessarenko (PT-MT), anunciou os nomes dos senadores, designados pela Mesa, para compor a comissão temporária que analisará o projeto de lei (PLS 156/09) que reforma o Código de Processo Penal (CPP). São eles: Demostenes Torres (DEM-GO), Marco Maciel (DEM-PE), Papaléo Paes (PSDB-AP), Marconi Perillo (PSDB-GO), Tião Viana (PT-AC), Renato Casagrande (PSB-ES), Serys Slhessarenko, Almeida Lima (PMDB-SE), Valter Pereira (PMDB-MS), Romeu Tuma (PTB-SP) e Patrícia Saboya (PDT-CE).

A Mesa já definiu o calendário de tramitação do projeto. Apresentação de emendas perante a Mesa será feita do dia 15 deste mês a 12 de junho; dos relatórios parciais, de 15 a 26 de junho; do relatório geral, de 29 de junho a 3 de julho; e do parecer final, de 6 a 10 de julho. Os projetos sobre o mesmo tema serão anexados ao PLS 156/09.

Criada no ano passado por requerimento de Renato Casagrande, a Comissão de Juristas para Reforma do Código de Processo Penal foi constituída por profissionais e estudiosos do Direito Processual Penal e representantes da magistratura, Ministério Público, Polícia Judiciária e advogados.

A proposta preparada pela comissão de juristas muda significativamente o código em vigor.

Valter Pereira teme que cotas gerem injustiça

Valter Pereira (PMDB-MS) manifestou solidariedade a protesto de estudante de seu estado que atribuiu seu insucesso no vestibular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) à aplicação da política de cotas para o preenchimento das vagas. O senador disse ser contrário a esse mecanismo de acesso ao ensino superior, especialmente à reserva de vagas para afrodescendentes.

O parlamentar argumentou que mesmo sendo os negros, "em sua esmagadora maioria", pobres, não são as únicas vítimas da má qualidade do ensino público nem da exclusão. Na sua avaliação, também a política de reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas, desconsiderando-se a seleção por critérios raciais, não é justa porque pune os alunos mais esforçados que "varam noites estudando, acumulando conhecimento para enfrentar uma avaliação perversa".

Valter Pereira alertou para a possibilidade de o país, em vez de compensar as classes menos favorecidas, contrair nova dívida com os que serão excluídos pelos novos critérios de seleção.



Valter Pereira vê "avaliação perversa"

Proposta de Romeu Tuma aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça abre possibilidade para mulheres e eclesiásticos prestarem serviço em tempos de paz

Mulher brasileira poderá aderir ao serviço militar

AS MULHERES BRASILEIRAS poderão passar a prestar, voluntariamente, serviço militar em tempos de paz. Substitutivo do senador Expedito Júnior (PR-RO) a proposta de emenda à Constituição (PEC 35/08) de Romeu Tuma (PTB-SP) abrindo essa possibilidade foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e vai ao exame do Plenário. Atualmente, a Constituição federal isenta as mulheres e os eclesiásticos do serviço militar obrigatório em tempos de paz.

Pelo substitutivo aprovado, o serviço militar no Brasil passa a ser facultativo para as mulheres

e não imposto aos eclesiásticos em tempos de paz. Expedito Júnior considerou a matéria um avanço, já que estabelece isonomia entre homens e mulheres quanto ao direito de prestar serviço militar.

Romeu Tuma agradeceu o parecer do relator e disse ter-se inspirado no abandono vivido por meninas carentes do país para lhes oferecer a oportunidade de, voluntariamente, ingressarem nas Forças Armadas e, assim, obterem uma formação. A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) avaliou a proposta como mais uma conquista das mulheres brasileiras.

Requerimentos

A CCJ também aprovou parecer favorável de Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da comissão, a dois requerimentos. Apresentados por Mário Couto (PSDB-PA), referem-se a votos de congratulações ao líder do PSDB na Assembleia Legislativa do Pará, José Megale, por pedir explicações à governadora Ana Júlia Carepa sobre a compra, sem licitação, de kits escolares de uma empresa da Paraíba e ao correspondente da *Folha de S. Paulo* em Belém, João Carlos Magalhães, pela reportagem "Pará entrega kit escolar elogiado ao governo".



Senadores da Comissão de Justiça querem debater papel dos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público

Adiada votação de indicações para o CNJ

A CCJ decidiu ontem adiar para o próximo dia 27 a sabatina e a votação dos 14 nomes que irão compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no período 2009/2011. O adiamento foi anunciado pelo presidente do colegiado, Demostenes Torres, após atender solicitação de senadores presentes à reunião que insistiram em discutir com maior profundidade todas as indicações, bem como o papel do próprio CNJ.

Na reunião, foram lidos apenas os pareceres, todos favoráveis, aos 14 nomes indicados para o CNJ. A maioria das indicações é pela recondução aos cargos. A CCJ também decidiu adiar para a próxima semana a votação dos 12 nomes que compõem o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Exame de nomes para o CNMP será na quarta

A votação, na CCJ, de 12 indicações para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) será realizada na quarta-feira, logo após debate sobre o papel do órgão. Ontem, foram lidos os currículos dos indicados, que tiveram, cada um, três minutos para defender suas candidaturas.

A decisão foi tomada depois de críticas dos senadores pelo fato de a votação ter sido agendada em conjunto com as indicações para o CNJ.

O CNMP é o órgão externo que controla e fiscaliza a atuação administrativa e financeira dos órgãos integrantes do Ministério Público, bem como supervisiona o cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros.

Projeto sobre motoboys terá decisão em junho

O projeto de lei que regulamenta o exercício da profissão de mototaxista e de motoboy será votado pela CCJ na primeira semana de junho. A informação foi prestada ontem pelo presidente do colegiado, Demostenes Torres, após conceder pedido de vista coletiva da matéria, encabeçado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Proposto pelo então senador Mauro Miranda, o projeto (PLS 203/01) recebeu substitutivo na Câmara, que retirou do texto a regulamentação da profissão, focando apenas nas medidas de segurança para transporte por meio de motocicletas. Mas o relator na CCJ, senador Expedito Júnior (PR-RO), deu preferência ao projeto original.

Collor: adesão da Venezuela ao Mercosul prejudicará o Brasil

"Estou convencido de que qualquer decisão açodada, com o viés da simpatia ideológica ou de ilusórios benefícios comerciais, poderá prejudicar os interesses brasileiros no longo prazo." Essa é a opinião de Fernando Collor (PTB-AL) a respeito do ingresso da Venezuela no Mercosul. Para o senador, não se pode dissociar o país de sua liderança. Menos ainda, advertiu, quando se trata do sistema presidencialista, em que não se separam as funções de chefe de Estado e chefe de governo.

Na avaliação de Collor, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, luta por um projeto político próprio que vai frontalmente contra o perfil da atuação externa do Brasil, preferindo o confronto e o protagonismo.

O senador também lembrou a ocupação militar de refinarias da Petrobras na Bolívia, quando o líder venezuelano assumiu "uma atitude provocativa antibrasileira". Registrou ainda que o próprio Mercosul foi alvo de ataques do presidente da Venezuela, em 2007. Chávez, segundo Collor, declarou que o bloco econômico era um mecanismo de integração velho que estava afundando. No episódio do ataque a um líder guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias (Farc), no Equador, em vez de procurar aproximar as partes envolvidas



Para Collor, projeto político de Hugo Chávez ameaça integração econômica

no conflito, Chávez mobilizou tropas e blindados e acirrou os ânimos, afirmou Collor.

– Considero que podemos continuar a aprofundar nossas análises, pois a adesão da Venezuela, nas condições atuais, trará o risco de que o voluntarismo e a falta de comedimento de seu presidente possam causar fissuras graves no edifício que, com dificuldades, estamos construindo. Uma vez aceita no Mercosul, seria praticamente impossível que a Venezuela dele saísse sem graves traumas. Devemos, portanto, agir com a máxima cautela – declarou.

Em aparte, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) classificou como "perfeito" o pronunciamento de Fernando Collor e disse considerar Hugo Chávez "um irresponsável com o seu povo e com a política da América Latina".

CPI apresenta projeto que criminaliza "bolinamento"

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia apresentou ontem proposição que criminaliza o abuso a crianças que são "tocadas de maneira imprópria", ato chamado pelo presidente da CPI, senador Magno Malta (PP-ES), de "bolinamento", sem que necessariamente haja a conjunção carnal.

– O projeto descaracteriza essa história do sujeito que 'passou a mão' na criança alegar que não cometeu nenhum tipo de crime – observou.

A matéria segue para análise em Plenário.

Os parlamentares também aprovaram requerimento que prevê nova análise do projeto (PLS 275/08) que torna crime aliciar, facilitar ou induzir menor a exploração sexual ou à prostituição. A proposta, que aguardava inclusão na ordem do dia do Plenário, retornará à comissão.

Magno Malta explicou que o Ministério da Justiça sugeriu modificações, como a possibilidade de prisão temporária para quem cometer o crime.

Orkut

A CPI acolheu ainda requerimento de transferência dos sigilos telefônicos dos usuários do Orkut, da empresa Google, que tiveram os sigilos telemáticos entregues à comissão com a abertura de 18 mil álbuns do site de relacionamentos. Os dados devem chegar ao Senado em cinco dias, segundo Magno Malta.

A partir das informações, será possível identificar o IP (Internet Protocol) dos computadores com os álbuns que continham material com conteúdo pedófilo. Dessa forma, a Polícia Federal poderá realizar as operações pelo Brasil, disse o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Romeu Tuma • Fernando Collor • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Sarney, juntamente com Serys, recebe o presidente e diretores da Contag

Contag entrega a Sarney pauta de reivindicações do Grito da Terra

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Alberto Broch, juntamente com diretores da entidade, apresentou ao presidente do Senado, José Sarney, as reivindicações do Grito da Terra Brasil 2009, manifestação que será realizada na última semana de maio em Brasília. Entre outros pleitos, está a solicitação de R\$ 22 bilhões para o Plano Safra 2009/2010.

A pedido de Sarney, a Contag vai listar os projetos que a entidade deseja que sejam votados com prioridade, como

a proposta de emenda à Constituição que pune a exploração de trabalho escravo com a desapropriação da propriedade rural onde o crime for constatado.

Alberto Broch disse que deve também ter preferência a medida provisória que obriga o poder público a comprar da produção familiar, no mínimo, 30% dos alimentos destinados à merenda escolar.

Projetos de fomento da agricultura familiar, de mudança na legislação ambiental e de incentivo à produção são outros focos da Contag.

Senador diz que manifestação realizada ontem em frente ao edifício do Congresso é mais um incentivo na busca de mecanismos para diminuir os casos da doença no país

Marconi apoia movimento pela extinção da hanseníase

O SENADOR MARCONI Perillo (PSDB-GO) foi ontem até o gramado em frente ao Congresso dar seu apoio ao Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), que realizava manifestação visando chamar a atenção do governo, de parlamentares e da sociedade para a necessidade de erradicação da doença. O Brasil figura em primeiro lugar no ranking de países que registram a ocorrência da doença.

– Essa é uma iniciativa inteligente, que busca acabar com o preconceito. É lamentável a ocorrência de jovens com uma doença que já deveria ter sido erradicada há décadas – lamentou o parlamentar.

Segundo Marconi, o movimento não pode “culpar os parlamentares” pela incompetência do poder público. O senador disse, no entanto, que



Marconi (de terno) une-se a manifestantes no gramado do prédio do Legislativo

a manifestação será mais um incentivo na busca de mecanismos e ações para diminuir os casos da doença no país.

O artista plástico goiano Siron Franco contribuiu com a confecção de um painel medindo 30 metros por 30 metros, estendi-

do sobre o gramado, no qual está representado o mapa da hanseníase no país. As regiões mais atingidas pela doença são Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e os estados mais afetados, Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Goiás.



Abolição da escravatura completou ontem 121 anos, lembrou José Nery

Nery lamenta casos análogos à escravidão

Força tarefa integrada pela Delegacia Regional do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal resgatou esta semana, em Bom Jesus do Tocantins (PA), dez trabalhadores que estavam em situação análoga à de escravidão. Ao registrar a ação, José Nery (PSOL-PA) lamentou o fato de, no dia em que se comemoram 121 anos da abolição da escravatura, o trabalho escravo continuar a ser uma realidade no Brasil.

– Nos últimos 14 anos foram resgatados 34 mil trabalhadores vivendo em condição análoga ao trabalho escravo. Por isso, precisamos assumir o compromisso de erradicar todas as formas indignas de trabalho.

Medida importante, disse, seria a aprovação, pela Câmara, da PEC que determina o confisco de propriedades em que haja exploração de mão de obra escrava.

Comissão recebe denúncia de violência no Pará

O Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB) apresentou ontem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) denúncia de violência contra manifestantes que exigiam indenização pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. O coordenador do movimento, Rogério Hohn, apelou à comissão para que interferisse em relação à prisão de 18 dirigentes do MAB no dia 24 de abril. Segundo Hohn, os manifestantes buscavam diálogo com o governo do estado para interferir junto à Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil).

José Nery (PSOL-PA) anunciou que apresentará requerimento para realização de audiência com representantes da Eletronorte sobre a denúncia. O senador disse ainda que manifestará à governadora Ana Júlia Carepa seu protesto a respeito das prisões e pedirá sua intermediação para liberar os militantes.

Os manifestantes, informou Rogério Hohn, estão presos em celas ocupadas por bandidos. Eles são acusados de 11 crimes, entre eles formação de quadrilha e resistência à prisão. De acordo com Hohn, o MAB não é contra a geração de energia e o desenvolvimento, mas questiona para quem e para que a energia é gerada.

Amazônia e fronteira norte têm subcomissão no Senado

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) instalou ontem a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que vai tratar de assuntos específicos da fronteira norte do país e trabalhar para harmonizar potenciais dificuldades do Brasil e de países limítrofes na região, como Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru.

A subcomissão poderá tratar da associação entre empresas brasileiras com corporações desses países, bem como propor tratados de cooperação e realização de operações militares conjuntas nas regiões de fronteira. O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) foi eleito presidente da subcomissão e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-

AC) vice-presidente para os trabalhos do biênio 2009/2010.

Mozarildo afirmou que o grande desafio é definir ações para o desenvolvimento da Amazônia e a promoção do bem-estar da população. Segundo ele, até agora todos têm se mostrado mais preocupados em alardear o que não se pode fazer na Amazônia, atitude essa, a seu ver, contrária à geração de riquezas.

Mesquita Júnior destacou que não se pode pensar na Amazônia como um grande santuário, uma terra intocável a ser preservada para as gerações futuras. A ideia de criar a subcomissão, frisou, teve por finalidade provocar a discussão no Senado e encontrar soluções para os problemas da Amazônia, dando sustentabilidade à sua população.



Valadares comemora a decisão de Michel Temer, presidente da Câmara

Valadares: PEC do rio São Francisco tem prioridade

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou a decisão do presidente da Câmara, Michel Temer, de colocar de forma prioritária na ordem do dia a proposta de emenda à Constituição que cria o fundo para a revitalização hidroambiental e o desenvolvimento sustentável da bacia do rio São Francisco. O senador destacou a “luta secular” dos que querem ver o rio recuperado.

Pela proposição (PEC 524/02 na Câmara), de autoria de Valadares, o fundo será constituído por 0,5% da arrecadação federal, excluindo-se as áreas vinculadas e os repasses obrigatórios aos estados e municípios. Segundo cálculos do parlamentar, isso deve representar R\$ 250 milhões anualmente. O rio São Francisco, disse, encontra-se “praticamente inviabilizado” em muitos trechos.



Mozarildo (à esq., com Mesquita) aponta atitude contrária à geração de riquezas



Malta: “Ministro não conhece mãe que chora por ter filho drogado”

Malta critica Carlos Minc por defender a legalização da maconha

O senador Magno Malta (PR-ES) protestou ontem, em Plenário, contra a posição assumida pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, favorável à legalização do consumo de maconha no Brasil.

A manifestação de Minc em defesa da legalização do uso

da droga ocorreu durante a Marcha da Maconha, realizada sábado, no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro. Durante o evento, Minc chamou a atenção para o fato de que a guerra entre quadrilhas rivais de traficantes mata muito mais que o próprio consumo da erva.

– Um ministro ir à rua falar em legalização de droga é porque não conhece a lágrima de uma mãe que chora porque tem um filho drogado.

Malta fez ainda um balanço dos principais resultados da CPI da Pedofilia desde sua instalação, no início do ano passado.

Ele destacou, por exemplo, a quebra do sigilo do Google no Brasil, que permitiu a identificação de vários pedófilos, e a introdução no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de dispositivo prevendo a criminalização da posse de material pornográfico infantil.

Ministério da Cultura propõe substituir lei de fomento, com o argumento de distribuir melhor os recursos, mas proposta recebe críticas de representantes do setor



Pélico, Nascimento, senador Flávio Arns, Cesnik e Santana: Comissão de Educação realiza audiência sobre anteprojeto

Secretário defende incentivo à cultura sem Lei Rouanet

O ANTEPROJETO ELABORADO pelo Ministério da Cultura para substituir a Lei Rouanet, de incentivo fiscal para financiadores de atividades artísticas, pretende, segundo o secretário de Incentivo e Fomento à Cultura, Roberto Nascimento, melhorar a distribuição de recursos, hoje concentrados nos grandes centros do país. Para isso, seria instituído o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Profic). A proposta foi debatida em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Nascimento ressaltou a necessidade de novos mecanismos de

financiamento das atividades culturais, independentemente dos incentivos fiscais. A defesa do anteprojeto também foi feita pelo secretário de Cultura do Acre, Daniel Queiroz de Santana. Ele afirmou que a atual legislação favorece a concentração de recursos no Sul e Sudeste, em detrimento dos estados do Norte e Nordeste.

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a Lei Rouanet deve ser aperfeiçoada e não revogada, como propõe o ministério. Ele argumentou que uma das razões das desigualdades regionais no setor é o analfabetismo maior no Norte

e Nordeste. Apenas a adoção de uma política cultural, observou, não será suficiente para solucionar esse problema.

Por sua vez, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou que, diante da concentração de mais de 80% de recursos da cultura no Sul e Sudeste, é melhor o fim da Lei Rouanet.

O anteprojeto foi criticado pelo empresário e produtor cultural Paulo Pélico e pelo advogado Fábio de Sá Cesnik. A proposta, segundo eles, não resolverá o problema das desigualdades regionais nem a burocracia na distribuição do incentivo à cultura.

Novo marco regulatório para as universidades e suas fundações

As universidades e suas fundações de apoio precisam de um novo marco regulatório, que alie a transparência dos gastos com a agilidade indispensável à produção do conhecimento. Essa foi uma das sugestões apresentadas pelos participantes de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCTI).

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), um dos autores do requerimento da audiência, lembrou a importância da pesquisa científica para o desenvolvimento. E ressaltou que as universidades precisam ser regidas por normas que levem em conta as suas características.

– As regras que valem para a compra de uma cadeira não devem ser as mesmas para a compra de um equipamento científico sofisticado – afirmou.

O secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Roberto

Wiechers Martins, observou que o órgão investiga o setor sob o prisma da Lei das Licitações por falta de outro marco legal.

Já o secretário-executivo substituto do Ministério da Ciência e Tecnologia, Antonio Ibañez, previu que o debate sobre autonomia só se esgotará no Supremo Tribunal Federal. O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Marco Antônio Raupp, disse que o atual marco regulatório é insuficiente para o setor.

Também participaram da audiência o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis Júnior; o vice-reitor da Universidade de Brasília (UnB), João Batista de Sousa; o vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Eduardo Brasil; e o chefe de gabinete do ministro do TCU Aroldo Cedraz, Mauro Moreira Barbosa.



Audiência reúne representantes de universidades, governo, cientistas e TCU

Governo e sociedade civil definiriam projetos prioritários para financiamento

Anteprojeto de lei elaborado pelo Ministério da Cultura cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura. Veja os principais pontos da proposta

- Revoga a **Lei Rouanet** (Lei 8.313/91).
- Institui o **Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura** (Profic), integrado pelo Fundo Nacional da Cultura (FNC), por incentivos a projetos culturais via renúncia fiscal, pelo Vale-Cultura e pelo Fundo de Investimento Cultural e Artístico.
- Define que caberá à **Comissão Nacional de Incentivo à Cultura**, composta por representantes do governo e da sociedade civil, estabelecer as diretrizes do Profic.
- Proíbe a destinação dos recursos do Profic a **coleções particulares** ou a circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso.
- Mantém o **Fundo Nacional da Cultura**, criado em 1986, como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração.
- Cria, no FNC, **quatro fundos setoriais**: das Artes, para apoiar o teatro, o circo, a dança, as artes visuais e a música, entre outras; da Cidadania, Identidade e Diversidade Cultural; da Memória e Patrimônio Cultural Brasileiro; do Livro e Leitura. O fundo do Audiovisual, regido por lei de 2006, também integrará o FNC.
- Define as **receitas do FNC**, entre as quais recursos provenientes da arrecadação da Loteria Federal da Cultura, dotações orçamentárias, doações voluntárias, retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos em empresas e projetos feitos com recursos do fundo.
- Destina, do que for atribuído a cada fundo setorial, o mínimo de **80% a iniciativas da sociedade**, ficando o restante para projetos prioritários a serem definidos pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.
- Exige que a transferência de recursos do FNC a **fundos públicos de estados**, municípios e Distrito Federal, para cofinanciamento, seja destinada a programas oficialmente instituídos de seleção pública de projetos culturais.
- Estimula a institucionalização de **conselhos de Cultura** no Distrito Federal, nos estados e nos municípios, para garantir a participação comunitária, de artistas e criadores nos assuntos da cultura.
- Estabelece financiamento, pelo FNC, de até 80% do custo total de **projetos culturais sem fins lucrativos**.
- Estabelece a possibilidade de as pessoas físicas e as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real aplicarem parcelas do **Imposto de Renda**, a título de doações ou copatrocínios, por meio de doações ao FNC ou do apoio direto a projetos e ações culturais aprovados pelo Ministério da Cultura, até o quinto ano da promulgação da lei.
- Estabelece a possibilidade de serem deduzidas do Imposto de Renda devido as despesas efetuadas por contribuintes pessoas físicas ou jurídicas, tributadas com base no lucro real, com o objetivo de conservar, preservar ou restaurar **patrimônio** material edificado de sua propriedade ou sob sua posse legítima, tombado pelo poder público federal.
- Autoriza a constituição de fundos de investimento cultural e artístico, sob a forma de **condomínio fechado**, sem personalidade jurídica e administrados por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, que financiarão bens e serviços culturais considerados sustentáveis economicamente.
- Tipifica o **crime** de utilizar-se fraudulentamente dos benefícios da lei, punível com pena de reclusão de seis a 12 meses, além de multa.
- Institui o Programa de Fomento às **Exportações de Bens e Serviços Culturais**.

Lula não ajuda a valorizar educação, afirma Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse lamentar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tenha ajudado a convencer os brasileiros de que o futuro do povo é a educação, ao referir-se à foto nos jornais de ontem que mostra o presidente da República e o jogador de futebol Ronaldo cabeceando uma bola.

Para o senador, os jornais e o presidente estão certos, pois o brasileiro gosta mesmo de futebol. Cristovam também lembrou a declaração de Lula de que o governo tem R\$ 30 bilhões para a Copa Mundial de Futebol e as Olimpíadas, mas “não tem 7 bilhões de reais para melhorar a educação”.

– Ele [presidente Lula] prefere, sintonizado com o povo, dar mais importância ao futebol – observou Cristovam.

O senador avalia que o presidente promoveu apenas “avanços tímidos” na educação básica do país, e investiu nas universidades e nas escolas técnicas “porque dão voto”.



Cristovam: presidente promoveu apenas “avanços tímidos” na área

Marcelo Crivella elogia escolas técnicas federais

Ao destacar a importância das escolas técnicas federais, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) mencionou recente pesquisa do Ministério da Educação segundo a qual 72% dos alunos que cursaram o nível médio nessas instituições entre 2003 e 2007 estão hoje empregados – sendo que 65% trabalham em sua área de formação.

– Eu estudei em escola técnica; fiz o ensino médio na Escola Nacional de Ciências e Estatísticas do IBGE, fechada, infelizmente, no governo anterior – lembrou ele.

Crivella informou ainda que a pesquisa do Ministério da Educação foi realizada com 2.657 ex-alunos de 130 escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O senador também ressaltou que, segundo o levantamento, 59% dos ex-alunos com emprego acreditam que seu salário está na “média do mercado”.



Crivella: pesquisa mostra que 72% dos ex-alunos estão empregados